



“DIREITO A QUÊ?” – PROJETO DE ESCUTA SOCIAL E BUSCA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER JURÍDICO

Marina Quirino Itaborahy¹, Luísa Kele Dias Ponsiano², Maria Júlia Maximiano de Souza³.

¹Mestre em Direito e Inovação, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Direito, pelo Instituto Vianna Júnior. Professora do curso de Direito do Centro Universitário UNIFACIG. E-mail: marina@sempre.unifacig.edu.br;

²Discente do curso de Direito, do Centro Universitário UNIFACIG. E-mail: luisakeledp@gmail.com;

³Discente do curso de Direito, do Centro Universitário UNIFACIG. E-mail: mariajuliamaximiano32@gmail.com.

Palavras-chave: Informação; justiça social; acesso à justiça.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Direito a quê?” surgiu da inquietação acerca da crescente dissociação entre o Direito e as realidades sociais que ele pretende regular. Com o objetivo de reconectar o saber jurídico às demandas concretas da população, sobretudo dos grupos em situação de vulnerabilidade, a iniciativa propôs uma escuta ativa da sociedade, reconhecendo as pessoas como sujeitos centrais do processo jurídico.

Em tempos marcados pela tecnicidade normativa, pela linguagem inacessível e pelo distanciamento entre as instituições judiciais e os cidadãos (Santos, 2007), tornou-se fundamental questionar: a quem o Direito serve? O que ele serve? E como tem servido?

Partindo dessas provocações, a proposta buscou romper com uma lógica meramente normativa e formalista, privilegiando uma abordagem dialógica, crítica e empática. O projeto, portanto, alicerça-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, convocando os estudantes a ocuparem, ativamente, o papel de mediadores entre o conhecimento jurídico acadêmico e as vivências sociais.

Ao investigar percepções, inseguranças e lacunas jurídicas tanto no ambiente virtual quanto no cotidiano das comunidades, o projeto possibilitou a construção de conteúdos acessíveis e transformadores, reafirmando o papel social da universidade e do Direito.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA

A atividade foi estruturada em duas etapas complementares, em que na primeira fase, os alunos foram organizados em grupos e direcionados a investigar



manifestações espontâneas sobre questões jurídicas em espaços virtuais como redes sociais e fóruns e alguns *sites* abertos à comentários, como o “Reclame Aqui”. A partir da análise desses ambientes, os alunos elaboraram diagnósticos sociais que apontaram as principais dúvidas, angústias e desinformações jurídicas expressas por cidadãos, permitindo identificar temas prioritários, como *fake news*, direitos do consumidor, violências digitais, entre outros.

Com base nesse levantamento, cada grupo elaborou um roteiro de *videocast* e convidou especialistas ou profissionais da área jurídica para debater os temas selecionados. Os *videocasts*, posteriormente editados e publicados no perfil do Instagram da extensão, foram acompanhados de materiais complementares, como enquetes e interações com o público.

Na segunda etapa do projeto, os alunos saíram dos espaços digitais e foram a campo, observando moradores de comunidades urbanas e rurais da cidade de Manhuaçu/MG, especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de elaborar relatórios, visando confrontar o que foi encontrado no âmbito digital com aquilo que se vive na realidade, a fim de compreender se as demandas são semelhantes ou distintas.

Esse momento de observação visou compreender a visão que a população leiga possui do Direito e do Poder Judiciário: se se sentem protegidos, compreendidos e atendidos por essas instituições. Durante esse processo, os alunos registraram depoimentos, fotografias e vídeos.

Por fim, as informações coletadas, tanto na primeira etapa, quanto na segunda etapa, possibilitaram que os alunos compreendessem as dores da população leiga e elaborassem materiais informativos, com o intuito de promover o acesso à informação jurídica qualificada e acessível, já que observou-se que a população que mais necessita do acesso ao judiciário, por vezes, não possui o privilégio da informação, para, ao menos, conseguir pleitear o cumprimento efetivo de seus direitos já previstos pela legislação pátria.

Sendo assim, os grupos produziram cartilhas de conscientização com linguagem acessível e ilustrações didáticas, a fim de ampliar o alcance das informações abordadas, contribuindo para a promoção da educação em direitos. Essas cartilhas abordaram temas diversos, a partir das observações dos alunos, tanto *online*, quanto pessoalmente dentro das comunidades visitadas, quais sejam:

1. Noções de direito sucessório;



2. Direitos trabalhistas e segurança do trabalho;
3. Proteção da criança e do adolescente, com foco na prevenção da sexualização infantil nas redes sociais;
4. Direito à gratuidade de justiça;
5. Crime de *stalking* virtual;
6. Direitos do consumidor em compras online;

Na data de 11 de julho de 2025, os alunos compareceram à Feira Gastronômica de Manhuaçu, e distribuíram para a população presente os materiais gráficos elaborados, com o objetivo principal de aproximar o conhecimento jurídico da comunidade, promovendo a conscientização e o empoderamento por meio do acesso à informação e todo o material informativo produzido pelos estudantes está disponível gratuitamente para acesso público, através do endereço: <<https://drive.google.com/drive/folders/19yLJDJmv7aehdGawrdAcTOwwg8EMFTKY?usp=sharing>>.

A iniciativa Informações adicionais sobre o evento, imagens e depoimentos podem ser consultadas na matéria publicada no blog institucional: <<https://unifacig.edu.br/direito-em-acao-unifacig-feira-gastronomica-manhuacu/>>.

Posteriormente ao evento, vários setores públicos procuraram a instituição solicitando o envio das cartilhas para divulgação, como o Serviço Municipal de Assistência Jurídica de Manhuaçu, na pessoa da advogada Denise Rodrigues, para que o material possa auxiliar aqueles que procurem a assistência jurídica municipal e necessitem de informações sobre seus direitos.

Ademais, o material também está disponível nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica do UNIFACIG, o qual recebe diariamente pessoas em situação de hipossuficiência e vulnerabilidade, que buscam a tutela jurídica gratuita.

DISCUSSÃO

A realização da atividade permitiu o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e transformadora, na medida em que inseriu os discentes em um processo ativo de escuta social, interpretação crítica e intervenção comunicativa (Freire, 1996).

Um dos maiores êxitos do projeto consistiu na constatação da distância entre o discurso jurídico formal e a linguagem compreensível pela população, revelando o quanto o desconhecimento sobre direitos ainda constitui uma das principais barreiras



ao seu exercício. A identificação, nos diagnósticos virtuais, de temas recorrentes como dívidas bancárias, golpes digitais e dificuldades de acesso a serviços públicos, demonstrou que as inseguranças jurídicas estão profundamente conectadas às desigualdades socioeconômicas.

Ao articular teoria e prática, os alunos puderam experimentar, na própria formação, o papel transformador da escuta e da comunicação acessível. A produção dos videocasts exigiu não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade e clareza na forma de transmitir o conteúdo.

Os discentes participantes da atividade extensionista relataram que a experiência foi fundamental para compreender como o Direito está presente em diferentes aspectos da vida cotidiana, embora o conhecimento jurídico ainda permaneça escasso e pouco acessível para grande parte da população. Segundo os estudantes, tornou-se evidente que as próprias instituições jurídicas, muitas vezes, dificultam o acesso à informação em razão da utilização de linguagem excessivamente técnica, da burocracia e da complexidade dos canais formais de comunicação, o que acaba afastando justamente os grupos que mais necessitam da efetivação de direitos e do acesso à justiça (Cappelletti; Garth, 1988). Nesse contexto, a possibilidade de identificar demandas reais da comunidade e transformar o chamado “juridiquês” em uma comunicação clara, acessível e didática foi apontada como um dos principais marcos do projeto, reafirmando o compromisso da extensão universitária com a promoção da justiça social e da educação em direitos.

Da mesma forma, indivíduos da comunidade que tiveram acesso aos materiais produzidos destacaram a facilidade de compreensão das informações apresentadas, especialmente em relação aos direitos abordados nas cartilhas e conteúdos audiovisuais. Os participantes relataram que a utilização de linguagem simples e objetiva contribuiu para aproximar o Direito da realidade cotidiana, ressaltando, ainda, que formas mais acessíveis de comunicação deveriam ser adotadas de maneira permanente pelas instituições públicas e jurídicas, como instrumento de inclusão, cidadania e fortalecimento do acesso à justiça.

As cartilhas, portando, pode-se dizer que reafirmaram o compromisso da universidade com a democratização do saber, traduzindo conceitos jurídicos complexos em linguagem acessível e prática. Já a que envolveu a observação em campo, trouxe à tona a dimensão subjetiva da relação com o sistema de justiça,



revelando sentimentos de frustração, invisibilidade e desconfiança por parte dos cidadãos.

Ainda que a execução do projeto tenha enfrentado desafios, como limitações de tempo, dificuldades logísticas e a edição audiovisual, o envolvimento dos alunos e o retorno da comunidade mostraram-se altamente positivos. Os produtos finais tornaram-se não apenas instrumentos de aprendizagem, mas também ferramentas de impacto social, ampliando o alcance das ações para além dos muros da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência extensionista promovida pelo projeto “Direito a quê?” revelou-se não apenas uma atividade complementar à formação acadêmica dos estudantes, mas uma vivência profundamente transformadora, tanto para os discentes quanto para a comunidade alcançada. Ao proporcionar o contato direto com as inseguranças jurídicas expressas pela população, seja em ambientes digitais, seja em espaços físicos e periféricos da cidade, o projeto demonstrou as fissuras entre o saber jurídico institucionalizado e o cotidiano de quem pouco ou nada compreende das estruturas formais do sistema de justiça.

A proposta de reconectar o Direito à realidade social foi cumprida com êxito, especialmente na medida em que os alunos foram conduzidos à escuta ativa, à observação empática e à comunicação acessível. A superação da linguagem técnica e da rigidez formal do discurso jurídico, por meio da criação de videocasts, cartilhas ilustradas e um documentário social, demonstrou que o conhecimento acadêmico pode e deve ser colocado a serviço da cidadania, com vistas à transformação social concreta. Nesse sentido, o projeto reafirmou o papel político da universidade, que não pode se restringir à produção de saberes fechados em si mesmos, mas deve se abrir à escuta dos sujeitos sociais e dialogar com seus anseios.

Além disso, a repercussão da atividade nos espaços públicos e comunitários, com a distribuição do material em eventos como a Feira Gastronômica e sua disponibilização em instituições como o Serviço Municipal de Assistência Jurídica e o Núcleo de Prática Jurídica da UNIFACIG, evidencia o impacto e a relevância social da proposta. O reconhecimento externo e a procura espontânea por esses materiais confirmam que a população não apenas carece de informação, como também acolhe com entusiasmo iniciativas que se proponham a traduzir o Direito em linguagem compreensível e aplicável ao seu dia a dia.



Dessa forma, o projeto “Direito a quê?” deixa como produto maior a constatação de que é possível construir pontes entre a universidade e a sociedade, entre o discurso técnico e a escuta sensível, entre o saber jurídico e a realidade vivida. Afinal, somente quando o Direito é compreendido, apropriado e reivindicado por todos, ele cumpre sua vocação democrática (Barroso, 2009).

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **O novo direito constitucional brasileiro**: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.